



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIO MAIOR

REGULAMENTO INTERNO CRECHE FAMILIAR

O presente regulamento interno de funcionamento visa:

- Promover o respeito pelos direitos dos Utentes e demais interessados;
- Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do estabelecimento/estrutura prestadora de serviços;
- Promover a participação ativa dos Utentes e seus representantes legais.



ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Preâmbulo | |
| Capítulo I – Denominação e Fins da Resposta Social | |
| Artigo 1º - Âmbito de Aplicação | 4 |
| Artigo 2º - Legislação aplicável | 5 |
| Artigo 3º - Objetivos do Regulamento | 5 |
| Artigo 4º - Fins da Creche Familiar | 5 |
| Artigo 5º - Conceitos | 6 |
| Artigo 6º - Objetivos | 6 |
| Artigo 7º - Competências da Instituição de Enquadramento | 6 |
| Artigo 8º - Condições de Funcionamento | 7 |
| Artigo 9º - Acompanhamento Técnico | 7 |
| Artigo 10º - Projeto Pedagógico | 8 |
| Capítulo II – Formalidades Processuais | |
| Artigo 11º - Processo Ama | 8 |
| Artigo 12º - Direitos e Deveres da Ama Enquadrada | 8 |
| Artigo 13º - Inscrições das Crianças | 9 |
| Artigo 14º - Condições de Admissão | 9 |
| Artigo 15º - Critérios de Admissão | 9 |
| Artigo 16º - Processo de Admissão | 10 |
| Artigo 17º - Seleção e ocupação da vaga | 11 |
| Artigo 18º - Processo Individual da Criança | 11 |
| Capítulo III – Relações Contratuais | |
| Artigo 19º - Contrato de Prestação de Serviços | 12 |
| Artigo 20º - Princípios Orientadores | 13 |
| Artigo 21º - Conceitos | 13 |
| Artigo 22º - Determinação das Comparticipações | 13 |
| Artigo 23º - Cálculo dos Rendimentos <i>Per Capita</i> | 13 |
| Artigo 24º - Prova dos Rendimentos e Despesas | 14 |
| Artigo 25º - Comparticipação das famílias | 14 |
| Artigo 26º - Redução das Comparticipações | 15 |
| Artigo 27º - Exceções | 16 |
| Capítulo IV – Organização, Coordenação e Funcionamento | |
| Artigo 28º - Gestão e Organização | 16 |
| Artigo 29º - Funcionamento e atividades | 16 |
| Artigo 30º - Ausências das Amas de Enquadramento | 17 |
| Artigo 31º - Integração da Criança em Ama de Enquadramento | 18 |
| Artigo 32º - Objetos Pessoais | 18 |
| Mod.60.00 | 2 |



Capítulo V – Alimentação e Saúde

Artigo 33º - Alimentação saudável

Artigo 34º - Suplemento Alimentar

Artigo 35º - Seguro

Artigo 36º - Quedas /Acidentes

Artigo 37º - Doenças

Artigo 38º - Administração de medicamentos

19

19

20

20

21

Capítulo VI – Disposições Finais

Artigo 39º - Relacionamento entre Amas de Enquadramento e os Pais e/ou que exerça as responsabilidades parentais

21

Artigo 40º - Atas das Reuniões

22

Artigo 41º - Composição da Equipa Técnica

22

Artigo 42º - Apoio Administrativo

22

Artigo 43º - Aquisição de material

22

Artigo 44º - Instalações

23

Artigo 45º - Livro de Reclamações

23

Artigo 46º - Casos Omissos

23

Artigo 47º - Política de Privacidade

23

Artigo 48º - Entrada em Vigor

23

Artigo 49º - Aprovação e Revisão

23



PREÂMBULO

A Creche Familiar, resposta social da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, visa o acolhimento de crianças até aos 3 anos de idade, segundo a portaria 232/2015 de 06 de agosto.

Esta resposta social é um espaço educativo pensado para a sua criança (filho ou filha), mas também é um espaço seu, (pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais) aberto e recetivo à família e à restante comunidade educativa.

Os pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais são os primeiros responsáveis pela educação dos seus filhos e os principais interessados no seu bem-estar. Para tal, é fundamental um clima de relação aberta pais e/ou encarregados de educação, mas no âmbito de uma instituição de enquadramento e educadora de enquadramento, de modo a construir um espaço de confiança essencial para uma educação participada.

A Creche Familiar é a primeira preparação social para o pré-escolar, tendo em atenção o respeito pelos ritmos da criança entre a vigília e o sono. O sono é bastante importante nesta fase do crescimento da criança, e a sua função biológica é preservar a integridade do organismo e de todo o seu ciclo de vida.

Na Creche Familiar existe um espaço organizado, lúdico e com um caráter didático de forma a promover o desenvolvimento integral da criança.

A Creche Familiar deve estimular o desenvolvimento físico, a coordenadora motora, e o desenvolvimento sensorial cognitivo. A expressão sonora é também importante para o desenvolvimento da criança. É necessário para o seu enriquecimento entrar no mundo dos sons e consequentemente da linguagem, o que posteriormente conduzirá a um interesse pela expressão gráfica.

Em suma, a Creche Familiar da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior pretende oferecer condições que permitam às crianças crescerem, descobrindo e relacionando-se com o mundo à sua volta de uma forma feliz e equilibrada, tornando-se futuros cidadãos responsáveis e participativos na nossa sociedade.

CAPITULO I

Denominação e Fins da Resposta Social

ARTIGO 1º

(ÂMBITO DE APLICAÇÃO)

O presente regulamento contém as normas que dizem respeito às relações contratuais e obrigacionais da resposta social *Creche Familiar*, através da atividade das amas no âmbito da instituição de enquadramento, existindo acordo de cooperação celebrado com o Centro Distrital de Santarém celebrado a 01 de agosto de 1991.

ARTIGO 2º

(LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)

A *Creche Familiar* é norteadada pelos princípios gerais estabelecidos no *Compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior*, normativos aplicáveis, portaria 232/2015 de 06/08 regulamenta o exercício da atividade de Ama quando desenvolvida numa Instituição de Enquadramento, Decreto-Lei 33/2014 de 4 de março que define regime de licenciamento e de fiscalização de prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social, a Portaria 196-A/2015 de 1 de julho que define critérios, regras e formas em que assenta o modelo de cooperação entre Instituto de Segurança social, pelo disposto no presente regulamento e pelo Acordo de Cooperação estabelecido com o Instituto de Segurança Social, a 01 de agosto de 1991.

ARTIGO 3º


(OBJETIVOS DO REGULAMENTO)

O presente Regulamento Interno, de acordo com o art.º 8º da portaria 232/2015 de 06 de Agosto, define as regras e os princípios específicos do funcionamento da resposta e deve ser elaborado de acordo com a legislação aplicável em vigor.

ARTIGO 4º

(FINS DA CRECHE FAMILIAR)

1. A *Creche Familiar* consubstancia o exercício de atividade de ama desenvolvida no âmbito de uma instituição de enquadramento.
2. A *Creche Familiar* é uma resposta social da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, doravante designada como Instituição de Enquadramento, situada nesta cidade, que visa o acolhimento das crianças por impossibilidade dos pais e/ou quem exerce as responsabilidades parentais.
3. Esta resposta social compreende crianças até aos 3 anos de idade.
4. As idades referidas no ponto anterior são consideradas em relação à data de 31 de Dezembro, a seguir ao início do ano letivo.
5. A inscrição das crianças na Instituição de Enquadramento, implica a aceitação de todos os artigos deste regulamento por parte dos pais e/ou quem exerce as responsabilidades parentais.

**ARTIGO 5º.
(CONCEITOS)**

1. Conceito de Ama – De acordo com o estipulado no art.º 3º do Decreto-Lei 115/2015 de 22 de Junho, ama é a pessoa que, mediante pagamento pela atividade exercida, cuida na sua residência de crianças até aos três anos de idade ou até atingirem a idade de ingresso nos estabelecimentos de educação pré-escolar, por tempo correspondente ao período de trabalho ou impedimento da família.

2. Conceito de Ama no âmbito de uma Instituição de Enquadramento – De acordo com o nº 1 do art.º 2º da portaria nº 232/2015 de 6 de agosto, as amas com autorização para o exercício de atividade que exerçam a sua profissão no âmbito de uma instituição de enquadramento, configuram uma creche familiar.

3. Creche Familiar – De e acordo com o art.º 3º da portaria nº 232/2015 de 6 de agosto, a creche familiar consiste num conjunto de amas não inferior a quatro, enquadradas pelas instituições de enquadramento de amas, desde que disponham de creche, adiante designadas por amas enquadradas.

**ARTIGO 6º.
(OBJETIVOS)**

1. A creche familiar visa proporcionar à criança até aos três anos de idade, ou até atingir a idade de ingresso no estabelecimento de educação pré-escolar e em colaboração com a família:

- a) Ambiente familiar e seguro com intencionalidade pedagógica;
- b) Atendimento individual e personalizado, em função das necessidades de cada criança;
- c) Condições para o desenvolvimento integral da criança, num ambiente de segurança física e afetiva;
- d). Educar, respeitando a «Declaração Universal dos Direitos da Criança»;
- e) Estimular o convívio como forma de integração social, cultivando aspetos como a liberdade, a amizade, civismo e respeito mútuo;
- f) Assegurar os cuidados de higiene e a sua alimentação, em ambiente familiar.

2. A creche familiar visa, ainda, facilitar a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar.

**ARTIGO 7º.
(COMPETÊNCIAS DA INSTITUIÇÃO DE ENQUADRAMENTO)**

1. No desenvolvimento da atividade de creche familiar compete à instituição de enquadramento:

- a) Promover a informação sobre o exercício das atividades de ama;
- b) Divulgar a abertura de inscrições para a contratação de amas;
- c) Garantir a frequência de ações de formação contínua pelas amas enquadradas;
- d) Garantir o acompanhamento das amas enquadradas;
- e) Fornecer, quando necessário, o equipamento e o material indispensável ao exercício da atividade de ama enquadrada;
- f) Organizar e manter atualizado o processo de cada ama, em conformidade com o disposto no art.º 10º da Portaria nº 232/2015 de 06 de agosto;
- g) Disponibilizar à ama cópia dos processos individuais das crianças, tendo em conta o carácter restrito e confidencial do mesmo;
- h) Aceitar a inscrição de crianças a colocar em ama e proceder à sua admissão;
- i) Celebrar contrato de prestação com a família da criança admitida em ama;
- j) Rececionar o pagamento das participações familiares devidas pela utilização do serviço;
- k) Organizar e manter atualizados os processos individuais da criança;
- l) Assegurar às crianças uma alimentação saudável e equilibrada, disponibilizando diretamente à ama a alimentação das crianças;
- m) Garantir a participação das crianças em ações lúdicas no exterior;
- n) Assegurar o acolhimento das crianças durante os impedimentos temporários da ama;

o) Celebrar contrato de seguro que cubra os acidentes pessoais das crianças em ama, em conformidade com o disposto na Portaria n.º 226/2015 de 31 de Julho.

2. Compete, ainda, à instituição de enquadramento:

- a) Colaborar no processo de integração das crianças em ama, apoiando a respetiva família no reforço das suas competências parentais e promovendo a interação entre a ama e a família;
- b) Apoiar tecnicamente as amas, designadamente, através de visitas domiciliárias regulares;
- c) Monitorizar e avaliar o desempenho da atividade da ama;
- d) Promover a articulação entre as amas enquadradas a fim de garantir a troca de práticas e experiências;
- e) Promover a articulação permanente entre as amas e as famílias, designadamente através de contactos individuais e de reuniões periódicas, a fim de garantir a continuidade do processo educativo da criança;
- f) Promover a devida articulação com as equipas locais de intervenção precoce na infância, com o objetivo de garantir o adequado acompanhamento das crianças com deficiência ou com alterações nas estruturas ou funções do corpo;
- g) Dar conhecimento ao Instituto da Segurança Social, I.P., e à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou ao Tribunal competente, de factos que indiciem eventuais situações de perigo ou risco, que ponham em causa o desenvolvimento integral das crianças.

ARTIGO 8º (CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO)

1. O funcionamento da creche familiar depende da existência de:

- a) Resposta de creche a funcionar como serviço de apoio, na eventualidade de impedimento temporário das amas, com vista ao acolhimento e alimentação das crianças;
- b) Gabinete adequado para garantir o acompanhamento técnico às amas e às famílias.

2. O horário de funcionamento dos serviços da instituição deve ser estabelecido de forma a assegurar:

- a) O atendimento das famílias e das amas, procurando facilitar a conciliação da vida familiar e profissional;
- b) O contacto entre as famílias e os serviços;
- c) O acolhimento das crianças durante os impedimentos temporários das amas.

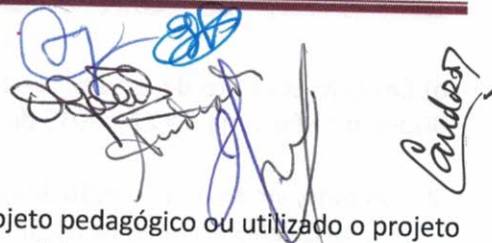
ARTIGO 9º. (ACOMPANHAMENTO TÉCNICO)

1. O acompanhamento técnico das amas em creche familiar é realizado por um técnico com formação mínima correspondente a licenciatura nas áreas de educação de infância, psicologia ou serviço social, com experiência profissional para o exercício das funções, a tempo inteiro, por cada grupo de 12 amas, que articula com as famílias, com a equipa técnica da creche e com os serviços administrativos da instituição, sempre que necessário.

2. As ações de acompanhamento, referidas em 1, compreendem a definição, execução e avaliação do projeto pedagógico, a organização do tempo e rotinas das crianças e o relacionamento com os pais ou com quem exerça as responsabilidades parentais.

3. O acompanhamento técnico pode ainda incidir sobre a organização dos espaços onde as crianças permanecem, de acordo com as disposições constantes em diploma referente às condições de higiene e de segurança habitacionais a observar no domicílio das amas. (ex-vi- despacho nº 8243/2015 de 28 de julho).

ARTIGO 10º. (PROJETO PEDAGÓGICO)



1. Para a prossecução dos objetivos da creche familiar é elaborado um projeto pedagógico ou utilizado o projeto pedagógico da creche da instituição de enquadramento, com as necessárias adaptações, que constitui o instrumento base de planeamento e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas amas e tem em conta as características e necessidades das crianças.
2. Do projeto pedagógico fazem parte:
 - a) O plano de atividades sociopedagógicas, que integra as ações educativas que permitem acompanhar a evolução do desenvolvimento de cada criança, designadamente a nível motor, cognitivo, pessoal, emocional e social;
 - b) O plano de informação, que integra um conjunto de ações de sensibilização para as famílias na área da parentalidade.
3. O projeto pedagógico é elaborado, conjuntamente, pelas amas e pelo profissional que efetua o acompanhamento técnico, com a participação das famílias, e em articulação com a equipa técnica da creche.
4. O projeto pedagógico deve ser avaliado semestralmente e revisto quando necessário.

CAPITULO II

FORMALIDADES PROCESSUAIS

ARTIGO 11º (PROCESSO DA AMA)

- A Instituição de enquadramento organiza o processo de cada ama, do qual consta os seguintes elementos:
- a) Cópia da autorização para o exercício da atividade de ama e respetivas substituições, caso existam;
 - b) Exemplar do contrato celebrado com a ama;
 - c) Documento comprovativo do seu estado de saúde, bem como o de quem com ela coabita e respetivas atualizações;
 - d) Certificado do registo criminal da ama e de quem com ela coabita e respetivas atualizações;
 - e) Identificação das crianças colocadas em ama, com referência ao número do respetivo processo individual,
 - f) Registo das ações de formação;
 - g) Registo das visitas domiciliárias efetuadas pelo técnico de acompanhamento da ama;
 - h) Registo de avaliação do exercício da atividade da ama;
 - i) Inventário do equipamento e material fornecido pela instituição, quando aplicável;
 - j) Outros documentos relevantes relacionados com o exercício da atividade da ama.

ARTIGO 12º. (DIREITOS E DEVERES DA AMA ENQUADRADA)

1. Sem prejuízo dos direitos previstos no art.º 17º do Decreto-Lei nº. 115/2015, de 22 de junho, (diploma anexo ao presente regulamento) a ama enquadrada tem, ainda, direito a apoio técnico e formação contínua por parte da instituição de enquadramento.
2. Sem prejuízo dos deveres previstos no art.º 18º do Decreto-Lei nº 115/2015 de 22 de junho, a ama enquadrada tem, ainda, o dever de:

- a) Aceitar o apoio técnico prestado pela instituição de enquadramento;
- b) Dar conhecimento à instituição de enquadramento de situações de quaisquer factos que alterem as condições subjacentes ao exercício da atividade, de doença ou acidente, bem como de factos que indiciem eventuais situações de perigo ou risco para a criança.

ARTIGO 13º. (INSCRIÇÃO DAS CRIANÇAS)

1. O período de inscrição decorrerá durante todo o ano letivo, junto da secretaria da Instituição de Enquadramento, *Jardim de Infância "O Ninho"*.
2. A inscrição da criança é efetuada, mediante preenchimento de uma ficha de pré-inscrição datada e assinada pelos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, onde constem as informações sobre o candidato por forma a serem avaliadas as condições para a admissão de acordo com os critérios de admissão.
3. As Inscrições que, não tendo dado lugar a admissão e pretendam ser mantidas para o ano letivo seguinte, estão sujeitas à obrigação de renovação. Se tal não acontecer, poderão ser arquivadas.

ARTIGO 14º (CONDIÇÕES DE ADMISSÃO)

1. Constituem condições de admissão na Creche familiar:
 - a) Ter idade de acordo com o referido nos nºs 3 e 4 do Artigo 4º, do presente regulamento;
 - b) Ter sido realizada a pré-inscrição de acordo com as formalidades previstas no Artigo 13º do presente regulamento;
 - c) Ausência de dívidas à *Santa Casa da Misericórdia* por parte dos Pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais;
 - d) A concordância das famílias, com os princípios, valores e normas da Instituição de Enquadramento.

ARTIGO 15º (CRITÉRIOS DE ADMISSÃO)

1. O processo de admissão das crianças é efetuado pela técnica/educadora de enquadramento da ama, mediante a realização de uma entrevista à família tendo em vista estabelecer:
 - a) A metodologia de integração da criança, no seguimento de contacto prévio com a ama no seu domicílio;
 - b) O horário em permanência da criança em ama, cujo período normal corresponde a 5 dias, com duração diária não inferior a 4 horas, nem superior a 11 horas;
 - c) O valor da participação familiar.
2. Quando se trate da admissão de crianças com deficiência ou com alterações nas estruturas ou funções do corpo, deve ser previamente garantida a colaboração com as equipas locais de intervenção precoce na infância.
3. A admissão da criança é sempre da responsabilidade da Mesa Administrativa, sob parecer da técnica/educadora de enquadramento.
4. Têm prioridade na admissão como utente, pela ordem preferencial infra:
 - a) Candidatos, filhos de trabalhadores (as) da Santa Casa da Misericórdia, ou seus familiares diretos em linha reta;
 - b) Crianças cujos pais ou encarregados de educação exerçam atividade profissional;

- c) Crianças provenientes de meios socioculturais e económicos mais carenciados e desprotegidos, cujos casos sejam apresentados pelos Serviços da Segurança Social e/ou a Comissão de Proteção de Jovens e Crianças em Risco - CPCJ;
- d) Filhos de voluntários com serviço fielmente comprovado em instituições de solidariedade social e humanitária;
- e) Os naturais e/ou residentes do concelho de Rio Maior.

5. A implementação destes critérios de admissão não deve perder de vista a obrigatória heterogeneidade socioeconómica e cultural, garantindo prioridade às pessoas económica e socialmente mais desfavorecidas, conjugadamente garantindo a sustentabilidade da resposta social.

6. Em caso de igualdade de circunstâncias quanto à verificação dos critérios, prevalecerá para efeitos de admissão o critério da antiguidade da inscrição.

7. Será mantida uma lista de espera atualizada, sempre que as inscrições excedam a capacidade da creche familiar.

8. Em caso de rejeição de uma admissão, por parte da Mesa Administrativa, a recusa confere um ato devidamente fundamentado.

ARTIGO 16º **(PROCESSO DE ADMISSÃO)**

1. O processo de admissão ou de renovação de inscrição deverão ser formalizados com o preenchimento de uma ficha de matrícula e com a apresentação dos seguintes documentos:

Criança

- a) Cartão de cidadão ou
 - a.1. Registo de Nascimento;
 - a.2. Número de utente;
 - a.3. Número de Identificação da Segurança Social;
 - a.4. Número de Contribuinte.
- b) Boletim de vacinas;
- c) Boletim de saúde;
- d) Em caso de doença crónica devidamente comprovada por declaração médica, cópia dos documentos comprovativos das despesas de saúde e aquisição de medicamentos de uso continuado dos últimos 3 meses;

Documentos dos Pais/ ou quem exerça as responsabilidades parentais.

- a) Documento de identificação;
- b) Cartão de contribuinte;
- c) Declaração de IRS e respetiva nota de liquidação, ou na ausência de rendimentos, uma declaração comprovativa da Segurança Social/Administração Tributária;
- d) Cópias dos documentos comprovativos dos vencimentos auferidos pelo agregado familiar, relativos aos últimos 3 meses, ou na ausência destes documentos, cópia do contrato de trabalho;
- e) Recibo de renda de casa ou documento comprovativo de prestação bancária para aquisição de habitação própria permanente.
- f) Cópia de declaração das responsabilidades parentais, caso se aplique;
- g) Comprovativo dos rendimentos prediais ou nota de liquidação de IMI, caso existam, ou a Declaração de compromissos de Honra de não existência de rendimentos prediais;
- h) Cadernetas prediais atualizadas, caso existam, ou a Declaração de Compromisso de honra de não existência de bens imóveis;

- i) Declaração de rendimentos de capitais, caso existam, ou a Declaração de Compromisso de honra de não existência de rendimentos de capitais;

2. Em situações especiais pode ser solicitada certidão de sentença judicial que regule o poder paternal ou determine a tutela.

3. Após formalizada a matrícula, será paga a primeira mensalidade, referente ao primeiro mês do ano letivo que se irá iniciar ou do mês referente à entrada na Creche Familiar. Em caso de desistência esse valor não será devolvido.

4. A primeira mensalidade a que se refere o ponto anterior deverá ser paga no prazo de oito dias seguidos, após a formalização da matrícula. No caso da ausência do pagamento considerar-se-á nula a respetiva matrícula.

ARTIGO 17º

(SELECÇÃO E OCUPAÇÃO DE VAGA)

1. Sempre que uma criança seja selecionada e admitida na sequência de um processo de candidatura, sem que tenha a idade mínima aquando da abertura do ano letivo, ou esteja temporariamente impedida por qualquer outro motivo, de frequentar a *Creche Familiar* num determinado período, haverá lugar a reserva de vaga, no termos dos números seguintes.

2. A reserva de vaga ocorrerá num período máximo de 4 meses contados do início do ano letivo, ou do início do impedimento, salvo em situações que pela sua natureza justifiquem um período mais longo.

3. A relação contratual considera-se válida e vigora para todos os efeitos legais a partir da data da assinatura do contrato de prestação de serviços, conforme estatuído no capítulo III deste regulamento.

4. No tocante à comparticipação familiar, durante o período de não frequência efetiva, aplicar-se-á o disposto no Artigo 24º do presente regulamento.

5. Após o início do ano letivo, sempre que o número de vagas ocupadas atinjam ou ultrapassem as vagas abrangidas pelo acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social, as vagas existentes ou que surjam serão consideradas vagas extra acordo.

6. Em caso de desistência, as vagas daí decorrentes poderão ser preenchidas em qualquer altura do ano.

ARTIGO 18º

(PROCESSO INDIVIDUAL DA CRIANÇA)

1. A instituição de enquadramento deve organizar um processo individual de cada criança, do qual constem:

- Ficha de inscrição;
- Exemplar do contrato de prestação de serviços outorgado;
- Cópia da apólice de contrato de seguro que cubra os acidentes pessoais da criança;
- Identificação, endereço e telefone das pessoas a contactar em caso de necessidade;
- Autorização, devidamente assinada pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais, com identificação das pessoas as quem a criança pode ser entregue;
- Identificação e contato do médico assistente;
- Declaração médica, em caso de patologia que determine a necessidade de cuidados especiais;
- Comprovação da situação das vacinas;



- i) Informação sobre a situação sociofamiliar;
 - j) Ficha de cálculo da comparticipação familiar assim como os documentos utilizados para o referido cálculo;
 - k) Fotocópia dos documentos identificativos da criança, como por exemplo: o registo de nascimento ou cartão de cidadão ou outro, número fiscal, número da segurança social e número de utente.
2. Para além dos documentos elencados também faz parte do processo individual da criança:
- a) Fichas de registo de presenças, assinadas pela pessoa que entregou e foi buscar a criança;
 - b) Registo de períodos de ausência, bem como de ocorrência de situações anómalas e outras consideradas necessárias;
 - c) Registo da data e motivo da cessação ou rescisão do contrato de prestação de serviços, celebrado com os pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais;
 - d) Outra informação ou documentação relevante para o exercício da prestação de serviços contratualizada.
3. O processo individual é de acesso restrito e confidencial e deve ser permanentemente atualizado, garantindo a instituição o seu arquivo em conformidade com a legislação aplicável em vigor.
4. O processo individual da criança pode, quando solicitado, ser consultado pelos pais ou por quem exerça as responsabilidades parentais.
5. É dever dos pais/ou responsáveis parentais, informar todas as alterações que se verifiquem relativas a residência, contatos telefónicos, médico de família, alteração do agregado familiar, rendimentos e outros dados pessoais relevantes.

CAPITULO III

RELAÇÕES CONTRATUAIS

ARTIGO 19º

(CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)

1. Em conformidade com o disposto no artigo 15º da portaria 232/2015 de 6 de agosto, a admissão da criança depende da celebração de um contrato de prestação de serviços assinado entre a instituição de enquadramento e os pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, do qual constam designadamente:
 - a) Identificação da criança e dos pais ou de quem exerça as responsabilidades parentais;
 - b) Direitos e obrigações das partes;
 - c) Serviços e atividades contratualizados;
 - d) Período de permanência diária da criança;
 - e) Valor da comparticipação familiar;
 - f) Condições de cessação e rescisão do contrato.
2. É entregue um exemplar aos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais e o outro exemplar é arquivado no processo individual da criança.
3. Qualquer alteração ao clausulado do contrato é efetuada por mútuo consentimento e assinado pelas partes.

ARTIGO 20º (PRINCÍPIOS ORIENTADORES)

Na determinação das comparticipações dos utentes devem ser observados os seguintes princípios:

- a) *Princípio da universalidade* - os serviços devem prever o acesso e integração dos utentes de todos os níveis socioeconómicos e culturais, embora privilegiando os mais desfavorecidos e em situação de maior vulnerabilidade;
- b) *Princípio da justiça social* – pressupõe a criação de escalões de rendimento, para que os utentes que tenham rendimentos mais baixos paguem comparticipações inferiores;
- c) *Princípio da proporcionalidade* – a comparticipação de cada utente deve ser determinado de forma proporcional ao rendimento do respetivo agregado familiar, nomeadamente os dois progenitores e/ou quem tenha a responsabilidade parental.

ARTIGO 21º (CONCEITOS)

1. Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por:

- a) **Agregado Familiar** – é o conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculo de parentesco, afinidade, ou outras situações assimiláveis, desde que vivam em economia comum.
- b) **Rendimento Mensal Líquido do Agregado Familiar** – é a soma dos rendimentos mensalmente auferidos a qualquer título, por cada um dos elementos do agregado familiar.
- c) **Despesas Fixas** – consideram-se despesas mensais fixas do agregado familiar:
 - c.1) O valor das taxas e impostos necessários à formação do rendimento líquido;
 - c.2) Renda de casa ou prestação devida pela aquisição de habitação própria e permanente;
 - c.3) despesa com saúde e aquisição de medicamentos de uso continuado em caso de doença crónica.
 - c.4) As despesas mensais fixas, a que se refere a subálnea c.1, c.2, c.3 têm como limite máximo o montante da retribuição mínima mensal garantida (RMMG).

ARTIGO 22º (DETERMINAÇÃO DAS COMPARTICIPAÇÕES)

1. A comparticipação dos utentes devidos pela utilização da resposta social da Creche Familiar é calculada pela aplicação de uma percentagem sobre o Rendimento “*per capita*”/capitação indexada à Retribuição Mínima Mensal Garantida, a saber:

| Escalões de Rendimentos | Percentagem a aplicar |
|--------------------------------------|-----------------------|
| 1º Escalão - até 30% da RMMG | 25% |
| 2º Escalão - > 31% até 50% da RMMG | 32,50% |
| 3º Escalão - > 51% até 70% da RMMG | 35,50% |
| 4º Escalão - > 71% até 100% da RMMG | 37,50% |
| 5º Escalão - > 101% até 150% da RMMG | 40,00% |
| 6º Escalão - > 151% da RMMG | 40,00% |

2. Anualmente é definido o valor da comparticipação máxima baseado na legislação em vigor.

ARTIGO 23º (CÁLCULO DO RENDIMENTO PER CAPITA)

1. O cálculo do rendimento *per capita* do agregado familiar é realizado de acordo com a seguinte fórmula:

$$RC = \frac{RAF}{12} - D$$
$$n$$
Sendo:RC= Rendimento *per capita* mensal

RAF= Rendimento do agregado familiar anual

D= despesas mensais fixas

n= Número de elementos do agregado familiar

ARTIGO 24º**(PROVA DOS RENDIMENTOS E DESPESAS)**

1. A prova dos rendimentos do agregado familiar é feita mediante a apresentação da declaração de IRS, respetiva nota de liquidação e outros documentos comprovativos da real situação do agregado.
2. Sempre que haja dúvidas sobre a veracidade das declarações de rendimento, e após efetuarem as diligências que considerem adequadas, pode a mesa Administrativa convencionar um montante de comparticipação familiar até ao limite da comparticipação familiar máxima.
3. A recusa ou falta de entrega da declaração de IRS, respetiva nota de liquidação e outros documentos comprovativos da real situação do agregado, no prazo concedido para o efeito, determina a fixação da comparticipação familiar máxima.
4. As situações especiais dos agregados familiares decorrentes da perda ou diminuição grave de rendimentos ou decréscimo anormal, poderão determinar, temporariamente a redução ou suspensão da mensalidade, mediante a decisão da Mesa Administrativa.

ARTIGO 25º**(COMPARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS)**

1. Cada utente comparticipará para a Creche Familiar de acordo com a capacidade económica (rendimento anual), nos termos da legislação em vigor, do acordo de cooperação celebrado entre a Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior e o Instituto de Solidariedade e Segurança Social, e demais protocolos que sejam vinculativos para a instituição de enquadramento.
2. À comparticipação familiar, decorrente da ocupação de vagas que não estejam abrangidas pelo Acordo de Cooperação referido anteriormente, aplicar-se-á a comparticipação familiar máxima.
3. O montante daquela comparticipação e demais condições contratuais serão atualizados anualmente, e/ou sempre que existam alterações na legislação em vigor, podendo ainda ser alterado sempre que as condições económicas referidas no processo de admissão não correspondam à verdade dos factos, e bem assim quando ocorram alterações nas regras de comparticipação por protocolos ou acordo que sejam vinculativos para as Creches Familiares.
4. À comparticipação referida no número anterior acrescem todas as despesas que impliquem custos acrescidos para a Instituição de enquadramento, tais como as atividades complementares, atividades recreativas, serviços fotográficos, entre outras.
5. Aos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, será sempre passado recibo da comparticipação.

6. O pagamento das comparticipações é efetuado nos Serviços Administrativos da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, localizados na Avenida João Afonso Calado da Maia, todos os dias úteis entre as 9h.00m e as 16h.30m, ou por transferência bancária para o IBAN PT50 0035 0696 0000 1584 2308 4.
7. O pagamento das comparticipações familiares deverá efetuar-se entre os dias 1 e 8 do mês a que dizem respeito.
8. O não cumprimento do número anterior acarretará, sem prejuízo de outras sanções que a Mesa Administrativa entenda aplicar no cumprimento do presente regulamento, o pagamento de uma penalização de 10,00 €, se a comparticipação não for liquidado até ao dia 15 do mês correspondente.
9. A mesa Administrativa poderá deliberar por valores diferentes, fundamentando de acordo com a análise da situação económico-financeiro da instituição.
10. A mesa poderá deliberar pela não permanência da criança, em ama de enquadramento, sempre que decorridos dois meses seguidos das comparticipações em falta.
11. A mesa Administrativa poderá deliberar, face ao incumprimento da obrigação (não pagamento das comparticipações), por sanção penal diferente à indicada no ponto anterior.
12. O pagamento das comparticipações familiares é devido em relação a todos os meses do ano letivo, sendo que o mesmo tem início a 01 de setembro e termina a 31 de agosto.
13. O pagamento do valor da comparticipação familiar referente ao mês de agosto será dividido em três prestações e faturada nos meses de novembro, fevereiro e maio. Em caso de desistência este valor não será devolvido.
14. Anualmente é cobrado uma quantia referente ao seguro escolar de cada criança, definido pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior.
15. A desistência da frequência da Creche familiar em definitivo, deverá ser comunicada, por escrito em documento próprio, com antecedência de 15 dias, antes de terminar o respetivo mês, sob pena de ser devida a comparticipação do mês imediato.

ARTIGO 26º **(REDUÇÃO DAS COMPARTICIPAÇÕES)**

1. Haverá redução de 10% no valor da comparticipação quando se verifique a impossibilidade da sua utilização por parte da criança, por um período de 15 dias não interpolados, por motivo de doença.
2. Haverá redução de 10% no valor da comparticipação quando se verifique a impossibilidade da sua utilização por parte da criança por motivo de imaturidade, devidamente justificada.
3. Haverá uma redução de 20% a filhos de trabalhadores da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior.
4. Haverá lugar a uma redução de 10% na comparticipação familiar mensal, sempre que se verifique a frequência do mesmo estabelecimento por mais do que um elemento do agregado familiar.
5. A comparticipação familiar resultante da aplicação da redução prevista nos pontos 2, 3 e 4 do presente artigo, nunca poderá ser inferior à comparticipação familiar mínima.
6. Os responsáveis legais que paguem pela frequência da criança a comparticipação familiar mínima, não beneficiam da redução prevista nos pontos 2,3 e 4 do presente artigo.

7. As reduções previstas nos pontos 2,3 e 4 do presente artigo, não são acumuláveis entre si.

ARTIGO 27º (EXCEÇÕES)

As situações especiais dos agregados familiares decorrentes de perda ou diminuição grave de rendimentos ou de acréscimo anormal de encargos, despesas com doença crónica devidamente comprovadas, poderão determinar, temporariamente a redução ou suspensão do pagamento das participações, mediante deliberação fundamentada da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, como instituição de enquadramento, depois de analisado o parecer da ama de enquadramento.

CAPITULO IV

ORGANIZAÇÃO, COORDENAÇÃO E FUNCIONAMENTO

ARTIGO 28º (GESTÃO E ORGANIZAÇÃO)

1. Compete à Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior promover a gestão da resposta social da Creche Familiar, pugnando pelo cumprimento da legislação em vigor (Decreto-Lei nº. 115/2015 de 22 de junho conjugado com a portaria nº. 232/2015 de 06 de agosto) e do presente regulamento.
2. A atual lotação da Creche é de 32 crianças, distribuídas por 8 amas de enquadramento em conformidade com a legislação em vigor.
3. A confirmação do número de utentes da creche familiar e o número de amas de enquadramento, depende para além do imperativo legal, dos acordos celebrados anualmente com o Instituto de Solidariedade e Segurança Social.
4. As crianças da creche familiar, que atinjam a idade de 3 anos, poderão concorrer às vagas do pré- escolar do Jardim de Infância “O Ninho”.

ARTIGO 29º (FUNCIONAMENTO E ATIVIDADES)

1. A abertura do ano letivo inicia-se no 1º dia útil do mês de setembro e o encerramento na 2ª quinzena de agosto.
2. O horário de funcionamento na creche familiar é de 2ª a 6ª. Feira, pelo período compreendido entre as 07h30m e as 19.00horas.
3. Para além dos sábados, domingos, feriados, encerrará nos dias 24 e 31 de Dezembro, na 3ª feira de carnaval e tarde de 5ª feira santa.
4. Excecionalmente podem ser definidos outros dias de encerramento, os quais devem ser comunicados aos pais ou quem exerça as responsabilidades parentais com 8 dias de antecedência, salvo em situações de força maior as quais serão comunicadas logo que possível.

5. A instituição de enquadramento, não responde pelos prejuízos derivados do estabelecimento, temporário ou definitivo, por razões alheias à sua vontade e/ou por força maior.
6. Numa situação ocasional, por parte dos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, no atraso da entrega da criança ou no prolongamento do horário da saída da criança, deverá o familiar avisar a ama de enquadramento, via telefone. Na situação de entrada, esta poder-se-á fazer excecionalmente até às 12h30min.
7. As situações ocasionais, não podem transformar-se em frequentes. É, pois no interesse das crianças que a Instituição de enquadramento pede aos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, a particular atenção, para o cumprimento desta regra. Caso se justifique reserva-se à educadora de enquadramento, o direito de pedir a validação do horário dos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, junto da entidade patronal.
8. As crianças não podem ser entregues:
- a) A estranhos e a menores de 16 anos, exceto se forem portadores de autorização escrita dos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais;
 - b) Ao pai, sem autorização escrita da mãe da criança, se esta lhe tiver sido legalmente entregue, ou à mãe em igualdade de circunstâncias.
9. A Creche familiar poderá ainda disponibilizar atividades de âmbito complementar, nomeadamente, expressão musical e ginástica, visando o desenvolvimento harmonioso da criança.
9. As atividades referidas no número anterior, são ministradas por professores externos e são facultativas, não estando contempladas pela mensalidade/comparticipação familiar, pelo que são pagas mediante preçário em vigor. No entanto, deverá haver uma unanimidade, por cada ama de enquadramento.
10. Para a frequência das atividades referidas no ponto 9, as crianças serão transportadas em transporte da Santa Casa da Misericórdia, adaptado ao transporte de crianças, para as instalações do Jardim de Infância “O Ninho”.
11. Para uma boa gestão e partilha de informação, na última sexta-feira de cada mês, em data antecipadamente programada e aviso, as amas de enquadramento terminam a sua prestação de serviço por volta das 17h30m, de modo a deslocarem-se às instalações do Jardim de Infância «O Ninho», com vista à celebração de reuniões de formação contínua e de avaliação sob a orientação da educadora de enquadramento. Assim, nestes dias, deverão os pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, diligenciar a saída das suas crianças até às 17h30m.
12. Para permitir um maior reforço da relação parental, recomenda-se que as crianças tenham um período de férias mediante as férias das respetivas famílias.

ARTIGO 30º

(AUSÊNCIAS DAS AMAS DE ENQUADRAMENTO)

1. As amas de enquadramento poder-se-ão ausentar para o gozo das suas férias:
- a) Por força do encerramento da instituição de enquadramento, um dos períodos de férias das amas de enquadramento terá de ser gozado obrigatoriamente na segunda quinzena de Agosto;
 - b) Os dias que restarem para completarem os 22 dias de férias, poderão ser escolhidos pela ama de enquadramento, noutros períodos do ano civil, desde que previamente auscultados os pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, bem como a educadora de enquadramento;

- c) As crianças neste período ficarão com os pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, sempre que possível;
- d) No caso da impossibilidade, devidamente justificada por parte dos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, de ficarem com as crianças, poderão, em conformidade com as alíneas c) e n) da portaria 332/2015 de 06 de agosto, serem acolhidas na creche tradicional da Instituição de enquadramento.
- e) A medida supra indicada também tem a sua aplicabilidade no caso do impedimento temporário de uma ama de enquadramento;
- f) Em caso, devidamente autorizado, pela Mesa Administrativa da Instituição de enquadramento/Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior, pode no caso do impedimento temporário da ama de enquadramento, a educadora de enquadramento substituí-la na sua residência.

ARTIGO 31º

(INTEGRAÇÃO DA CRIANÇA EM AMA DE ENQUADRAMENTO)

1. A integração da criança na ama deverá desenvolver-se de uma forma progressiva, permitindo à família a transmissão de informações necessárias sobre o comportamento da criança.
2. Haverá obrigatoriamente um contacto prévio entre os pais e a ama no domicílio desta.
3. No momento da entrada devem ser comunicadas à ama de enquadramento os cuidados especiais a ter com as crianças, se os houver.
4. A família só deverá ter acesso unicamente ao espaço da casa da ama destinado às crianças.

ARTIGO 32º

(OBJETOS PESSOAIS)

1. Será da responsabilidade dos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais levar para a ama, os seguintes objetos:
 - biberão de leite e água;
 - garrafa para água;
 - fraldas;
 - toalhetes;
 - pomada ou loção para o rabinho;
 - uma muda de roupa ;
 - babetes (diário ou semanal);
 - um conjunto de lençóis;
 - uma manta;
 - chapéu ou boné;
 - escova ou pente;
 - bibe;
 - saco para a roupa suja.
2. A instituição de enquadramento e as amas, não se responsabilizam, pelos objetos de ouro ou prata, ou outros objetos de valor que as crianças possam trazer como acessórios.

CAPITULO V

ALIMENTAÇÃO E SAÚDE

ARTIGO 33º

(ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL)

1. Para assegurar às crianças uma alimentação saudável e equilibrada, a instituição de enquadramento, disponibiliza diretamente à ama, a alimentação da criança (por força da alínea I) do n.º 1 do art.º 5º da portaria n.º 332/2015 de 06 de agosto).
2. As refeições serão previamente programadas e confeccionadas em conformidade com as exigências alimentares das crianças, sendo as respetivas ementas afixadas em local visível na casa de cada ama de enquadramento e só alterada em casos excecionais facilmente justificáveis.
3. As crianças que comem refeições variadas, estas serão sempre fornecidas pela instituição de enquadramento que fixará as respetivas ementas semanais, em casa de cada ama, elaboradas sob supervisão da nossa Nutricionista.
4. As dietas, seu tipo e duração, deverão ser atempadamente comunicadas pelos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, bem como acompanhadas de uma declaração médica.
5. Os pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, das crianças que têm necessidade de uma alimentação especial (ex. alergia à proteína da vaca, regime vegetariano, etc.), deverão trazer uma declaração médica comprovando as respetivas situações e a instituição assegurará a alimentação de substituição.

ARTIGO 34º

(SUPLEMENTO ALIMENTAR)

1. O suplemento alimentar terá em vista reforçar a alimentação das crianças de modo a compensar possíveis carências quantitativas ou qualitativas que prejudiquem o seu desenvolvimento.
2. O suplemento alimentar, quando necessário, deverá ser fornecido segundo orientações técnicas e de acordo com a situação de cada criança e será constituído por alimentos de valor nutritivo compensatório das carências detetadas.
3. O valor do suplemento alimentar é pago mensalmente pela instituição de enquadramento à ama, sendo este atualizável anualmente, de acordo com as indicações da Segurança Social.

ARTIGO 35º

(SEGURO)

1. A frequência das crianças na creche familiar está coberta por um seguro de acidentes pessoais escolares, com cobertura em morte, invalidez permanente, despesas de tratamento e responsabilidade civil da criança e responsabilidade civil da Instituição de enquadramento. O valor do seguro é fixado anualmente pela Mesa Administrativa da Instituição de enquadramento /Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior e será liquidado no ato do pagamento da primeira mensalidade de cada ano escolar.

ARTIGO 36º
(QUEDAS/ACIDENTES)

1. Em caso de queda, acidente ou situação análoga ocorrida durante a frequência da ama de enquadramento, as crianças em causa serão encaminhadas ao Centro de Saúde, sendo este facto comunicado aos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, logo que tal comunicação se tornar possível pelos meios adequados.
2. É da responsabilidade dos pais e/ ou quem exerça as responsabilidades parentais, acompanhar a sua criança, se houver necessidade de deslocação a outra unidade de saúde.

ARTIGO 37º
(DOENÇAS)

1. Por razão de segurança e preservação da saúde de todos os utentes de Creche Familiar e das restantes respostas sociais da Instituição, serão afastadas temporariamente da ama de enquadramento, as crianças portadoras (ou com suspeita de serem portadoras) de doenças infecto-contagiosas, constituindo dever imperativo dos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, comunicar qualquer alteração clínica das suas crianças, que possa configurar a situação atrás descrita, nomeadamente:

- a) Difteria;
- b) Meningite cérebro – espinhal;
- c) Escarlatina;
- d) Tinha;
- e) Tosse convulsa;
- f) Varíola;
- g) Tracoma;
- h) Tuberculose;
- i) Hepatite;
- j) Varicela;
- k) Poliomielite;
- l) Escabiose;
- m) Conjuntivite;
- n) Doença das mãos-pés e boca
- o) entre outras.

2. O regresso das crianças que tenham apresentado a situação descrita no número anterior só poderá processar-se mediante a apresentação de declaração médica comprovando o seu restabelecimento e a inexistência de qualquer risco de contágio.

3. Do mesmo modo, será afastada temporariamente da ama toda a criança portadora de parasitas (por exemplo piolhos, incluindo lêndeas), até que os mesmos tenham sido completamente eliminados.

4. A deteção de situações de doença durante a frequência da ama, dará obrigatoriamente lugar a comunicação à ama de enquadramento, aos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, após, devendo estes, caso a isso sejam solicitados pelos responsáveis, acorrer de imediato à ama, a fim de efetuarem as diligências que se considerarem necessárias ao rápido encaminhamento da criança a tratamento adequado.

5. Em caso de urgência, deve a ama ligar para o serviço de emergência médica, e agir em conformidade com o n.º 1 do art.º 35º do presente regulamento interno.

ARTIGO 38º**(ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS)**

A administração de quaisquer medicamentos às crianças impõe aos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, a obrigação de os mesmos fazerem entrega à ama de enquadramento, juntamente com a prescrição médica e / ou o Termo de Responsabilidade elaborado na instituição, tal como:

Termo de Responsabilidade

Segundo prescrição do médico assistente do meu filho/a _____, autorizo que lhe seja ministrado o medicamento _____, com a seguinte dosagem _____, no seguinte horário _____ durante _____ dias a partir de hoje.

Rio Maior _____ de _____ 20____

(Nome e assinatura dos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais)

Deste modo deve constar:

- a) Nome da Criança;
- b) Nome do medicamento a administrar;
- c) A dose do medicamento;
- d) O horário ou quaisquer outras informações úteis.

CAPITULO VI**DISPOSIÇÕES FINAIS****ARTIGO 39º****(RELACIONAMENTO ENTRE AS AMAS DE ENQUADRAMENTO E OS PAIS E/OU QUEM EXERÇA AS RESPONSABILIDADES PARENTAIS)**

1. Nada poderá ser acordado entre os pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais e a ama, sem o prévio consentimento da educadora de enquadramento.
2. Só é autorizada a saída da ama de enquadramento da sua casa para dar um passeio com as crianças, na zona envolvente à residência, e desde que haja autorização escrita dos pais e/ou de quem exerça as responsabilidades parentais, e, por um período nunca superior a 1 hora. A Ama deverá dar sempre conhecimento aos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais e a educadora de enquadramento dessas deslocações ao exterior.
3. É expressamente proibido, transportar as crianças nos veículos das amas.
4. Quando se verificarem comportamentos ou atitudes geradoras de conflitualidade nas rotinas da Ama, mau relacionamento com a Ama, ou quaisquer outras circunstâncias perturbadoras do ambiente e se esgotam todas as diligências para a correção desses comportamentos, cessam as condições de prestação de serviços ao elemento perturbador, devendo este deixar de receber apoio da Creche Familiar.

ARTIGO 40º
(ATAS DAS REUNIÕES)

1. As reuniões mensais com as amas, poderão ser feitas com a presença da mesária responsável pela resposta social / infância.
2. Das reuniões mensais entre as amas de enquadramento e a educadora de enquadramento, é sempre lavrada uma ata que depois de lida em voz alta, é assinada, pelas amas e pela educadora de enquadramento.
3. A educadora de enquadramento, disponibilizará um dia por mês, para atendimento dos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, em data e hora a definir no início de cada ano letivo.
4. A ama dispõe uma ficha de registos de presenças, fornecida pela educadora de enquadramento, referente a cada criança que deverá ser assinada diariamente pelos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, à entrada e saída das crianças.
5. As amas terão de preencher diariamente no Livro de Registos Diários de Ocorrências, as informações relevantes de cada dia, relativas a situações anómalas ou extraordinárias, casos especiais ou ocorrências fora do vulgar.
6. Todas as atividades devem fazer parte do projeto pedagógico de acordo com o previsto no art.º 10.º do presente regulamento interno.
7. A educadora de enquadramento deverá proceder ao registo escrito e arquivo de todas as visitas e orientações técnicas dadas às amas, contendo a indicação das datas, locais, nome das amas, fundamentação das visitas, entre outros dados considerados relevantes.

ARTIGO 41º
(COMPOSIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA)

1. A Instituição de enquadramento, destacará para a equipa técnica, uma educadora de enquadramento, apoiada pelo Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social.
2. Será também destacada uma técnica dos serviços sociais da respetiva área geográfica.
3. Deverá ser assegurada a colaboração dos serviços de saúde locais, sempre que tal situação se verifique pertinente.

ARTIGO 42º
(APOIO ADMINISTRATIVO)

O apoio administrativo será garantido pelos serviços da Instituição de enquadramento, sito na Av.ª Dr. João Afonso Calado da Maia, em Rio Maior, com a colaboração da educadora de enquadramento.

ARTIGO 43º
(AQUISIÇÃO DE MATERIAL)

1. O fornecimento do equipamento e material necessário e adequado ao acolhimento das crianças nas amas de enquadramento é da responsabilidade da instituição de enquadramento, e, está de acordo com as normas legais.
2. Compete à ama a responsabilidade pela sua conservação e bom uso, assim como a devolução à educadora de enquadramento, quando o mesmo não se encontre nas devidas condições.

3. É proibido a utilização de material que não tenha sido adquirido e autorizado pela Mesa Administrativa da Instituição de Enquadramento, pelo que se recomenda aos pais e/ou quem exerça as responsabilidades parentais, que não incentivem as suas crianças a levarem outros brinquedos.

ARTIGO 44º (INSTALAÇÕES)

1. A instituição de enquadramento disporá de instalações próprias para a creche familiar constituídas por:
- a) Um gabinete de atendimento;
 - b) Uma arrecadação para o material.

ARTIGO 45º (LIVRO DE RECLAMAÇÕES)

Nos termos da legislação em vigor, a Instituição de enquadramento possui livro de reclamações, que poderá ser solicitado sempre que a situação mereça ser participada.

ARTIGO 46º (CASOS OMISSOS)

Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa administrativa da Instituição de enquadramento, depois de ouvidos os responsáveis da resposta social creche familiar.

ARTIGO 47º (POLÍTICA DE PRIVACIDADE)

O tratamento de dados está de acordo com a Política de Privacidade da Instituição, publicada no site da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior.

ARTIGO 48º (ENTRADA EM VIGOR)

O presente regulamento entra em vigor a 01 de novembro de 2018 e revoga o anterior.

ARTIGO 49º (APROVAÇÃO E REVISÃO)

As lacunas e dúvidas de interpretação do presente Regulamento serão integradas pelo recurso às normas legais aplicáveis e interpretadas e resolvidas pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Rio Maior.

O presente Regulamento será objeto de alteração ou revogação nos termos legais.

Aprovado por deliberação da Mesa Administrativa em reunião no dia 11 de junho de 2018.

Provedora,

Vice-Provedora,

Tesoureira,

Secretária,

Mesário,

Mesário,

Mesário,

